

## **Divulgação Científica e Telejornalismo: para pensar o fazer e a pesquisa no Semiárido brasileiro<sup>1</sup>**

Anette Maria Rodrigues Silva Bento OLIVEIRA<sup>2</sup>

Carla Conceição da Silva PAIVA<sup>3</sup>

Universidade do Estado da Bahia, UNEB

### **RESUMO**

Este artigo é resultado da experiência vivenciada durante a disciplina de Estágio Supervisionado II, referente ao semestre letivo 2018.1 na turma de Comunicação Social-Jornalismo em Multimeios da Universidade do Estado da Bahia (UNEB). Cumprindo o objetivo de promover a divulgação científica das dissertações defendidas no Programa de Pós-graduação Mestrado em Educação, Cultura e Territórios Semiáridos- PPGESA, em Juazeiro-BA, foi proposta a produção do Programa “dissertações”, disponibilizada na plataforma Youtube. A intenção deste artigo é discorrer sobre a referida experiência de estágio curricular obrigatório, enquanto disciplina e como processo para que o acadêmico supere a dicotomia teoria *versus* prática, bem como contribuir para o amadurecimento de uma visão mais ampla sobre o jornalismo produtor de ciência e seus desafios. O resultado desta experiência contribuiu para o amadurecimento acadêmico e profissional da estudante.

**PALAVRAS-CHAVE:** estágio supervisionado; divulgação científica; jornalismo; universidade pública.

### **1. Introdução**

Compreender a importância da realização do estágio supervisionado dentro do campo do Jornalismo foi, durante muitas décadas, algo que envolvia uma série de polêmicas, assim como a questão da habilitação profissional. Desde o final dos anos sessenta, quando o Decreto-lei 972, de 17 de outubro de 1969, regulamentou a profissão de jornalista, houve o apontamento de que as empresas de comunicação deveriam ter um espaço destinado no seu quadro de funcionários para a contratação de estagiários.

Desde então, emergiram inúmeras discussões nesta temática, que suscitaram em leis que temos hoje em vigor, como a Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008, que regulamenta o estágio de estudantes de “instituições de educação superior, de educação

---

<sup>1</sup> Trabalho apresentado na IJ06- Interfaces Comunicacionais do XXI Congresso de Ciências da Comunicação na Região Nordeste, realizado de 30 de maio a 1 de junho de 2019.

<sup>2</sup> Estudante de Graduação 9º semestre de Comunicação Social-Jornalismo em Multimeios, da Universidade do Estado da Bahia, Departamento de Ciência Humanas, campus III, e-mail: bentoanette@gmail.com

<sup>3</sup> Orientadora do trabalho. Professora do Curso de Comunicação Social-Jornalismo em Multimeios da Universidade do Estado da Bahia. E-mail: ccspaiva@gmail.com

profissional, de ensino médio, da educação especial e dos anos finais do ensino fundamental, na modalidade profissional da educação de jovens e adultos” (BRASIL, 2008) e, especificamente, a Resolução nº 1, de 27 de setembro de 2013, que “institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de graduação em Jornalismo, bacharelado, a serem observadas pelas instituições de educação superior em sua organização curricular” (BRASIL, 2013).

Assim, o estágio supervisionado se tornou uma realidade garantida e necessária ao estudante de jornalismo dentro das instituições de ensino superior no Brasil. A partir disso, a Universidade do Estado da Bahia-UNEB produziu um regulamento, seguindo as orientações gerais que conduzem o Regulamento Geral de Estágio desta Universidade - Resolução CONSEPE nº 795/07, que institui o estágio disciplinar como uma etapa obrigatória na formação do profissional dentro da universidade.

Art. 2º Para efeito deste Regulamento, entende-se por Estágio Curricular Supervisionado um componente obrigatório do currículo, sendo definido como atividades de aprendizagem pré-profissional exercidas pelo acadêmico em ambiente real de trabalho sob supervisão, e que possibilita a apreensão de informações sobre o mercado de trabalho, desenvolvimento de conhecimentos e habilidades específicas à formação profissional, e ainda, aperfeiçoamento cultural e de relacionamento humano, sob a responsabilidade da Coordenação do Colegiado do Curso de Jornalismo em Multimeios (UNEB, 2012, p. 01).

Desde então, o estágio supervisionando pode ser considerado como o período em que o acadêmico se relacionará diretamente com o efetivo exercício da profissão, com o compromisso social do “fazer jornalístico”, através da preparação em relação ao mercado de trabalho. Além disso, esse é o momento de amadurecimento das relações interpessoais, em que o estudante permeia diferentes realidades, formas, conteúdos e produções jornalísticas e, através disso, descobre e constrói as suas potencialidades, alicerçadas no plano pedagógico da relação entre a universidade e o campo de estágio, estimulando e proporcionando o avanço técnico-profissional e humanista de todos os sujeitos envolvidos (SARDINHA et al, 2013).

Nesse sentido, apontamos a tese de que o estágio acadêmico e supervisionado é campo legítimo para aproximar (não apenas institucionalmente) a categoria profissional, a universidade e mercado. Isso pela própria natureza do estágio, em revelar e fazer emergir para ambos os campos (profissional e de conhecimento) concepções, demandas e problemáticas estruturais sobre o Jornalismo, debatidas de forma endógena, muitas vezes, por cada um dos atores desses respectivos campos (SARDINHA et al, 2013, p.152).

É preciso, então, que o estudante dentro do estágio supervisionado possa perceber que esse é o momento de experimentação: seja em qual campo dentro do jornalismo, ele precisa estar preparado para a *práxis* da profissão, da relação com jornalistas já formados através do compartilhamento, do ensino e da aprendizagem. É um espaço em que ele terá a possibilidade de compreender a dimensão social da sua escolha profissional, criar bases para a construção de uma identidade profissional futura. Uma oportunidade de estar diante de situações, onde as questões éticas o levarão a situações de decisão, implicando no pensar e agir de forma crítica. Muito se acredita que o estágio funciona somente como uma forma de aplicação de conhecimentos adquiridos em sala de aula de forma teórica, quando ele é, na verdade,

[...] um momento de estudo, reflexão do fazer, de pensamento da prática social, ou seja, uma forma de apropriação de elemento da crítica e descobertas sobre as questões presentes na dinâmica da sociedade (BARBOZA et al., 2012, p. 95 *apud* OLIVA, 1989, p.150).

Deve-se ponderar que não há uma receita pronta para ser jornalista; ao mesmo tempo em que não se deve exigir que isso exista para que um estágio supervisionado seja realizado. Há desafios, dificuldades e lacunas a serem preenchidas, como o reconhecimento da importância dessa disciplina pelos estudantes e, muitas vezes, pela própria universidade, assim o percurso deve ser buscado com o mínimo de tensões possíveis e o máximo de absorção do componente acadêmico. Para tanto, o estágio supervisionado não deve ser compreendido, proposta defendida neste artigo, como apenas o momento de realização prática, em campo, e o cumprimento da carga horária estabelecida na grade curricular, mas também um espaço coletivo que proporciona as leituras de mundo e experiências extracurriculares; os encontros e possibilidades de outra relação entre discentes e docentes na sala de aula; a partilha das impressões e resoluções que competem a entrega de um produto final e o relatório de estágio; e a oportunidade para o desenvolvimento de um artigo ou relato de experiência. Tudo isso valida e corrobora para a oportunidade de formação profissional no campo de jornalismo, principalmente, se considerarmos que essas experiências ainda são muito recentes.

Por isso, este artigo expõe o relato e as reflexões das atividades desenvolvidas durante a disciplina de Estágio Supervisionado II, componente curricular do curso de Comunicação Social-Jornalismo em Multimeios da Universidade do Estado da Bahia, Departamento de Ciência Humanas na cidade de Juazeiro-BA, no semestre letivo 2018.1.

A ideia de analisar a construção teórico-metodológica para que este percurso acadêmico fosse realizado nasceu a partir das inquietações que surgiram no caminho das atividades propostas no *Plano de Estágio: Divulgação das Dissertações do Programa de Pós-graduação Mestrado em Educação, Cultura e Territórios Semiáridos- PPGESA através de Entrevistas*, durante o semestre letivo anterior.

## 2. Contextualização do Estágio Supervisionado: campo de atuação

A disciplina de Estágio Supervisionado é realizada na Universidade do Estado da Bahia em dois períodos, de semestres diferentes, sendo denominados de Estágio Curricular Supervisionado I (c/h 75 horas) e Estágio Curricular Supervisionado II (c/h 75 horas). A primeira disciplina foi realizada durante o sexto período (2017.2) e teve o objetivo de promover a observação em relação aos campos de estágio, estimular a “geração de conhecimento sobre a área de estágio, a partir da problematização e reflexão da prática empiricamente observada do processo de produção jornalística” (BARBOZA, 2012, p. 104) e gerar como produto final a elaboração do Plano de Estágio a ser aplicado no local, segundo critérios definidos em parceria com a universidade, o supervisor de estágio e a estudante. Tudo isso aconteceu depois de uma série de visitas ao local que possivelmente seria o escolhido para realização do estágio, conversas sobre dúvidas da rotina do local.

Nessa etapa, foi decidido que o estágio supervisionado seria feito dentro da própria Universidade do Estado da Bahia, em Juazeiro-BA, no Programa de Pós-graduação Mestrado em Educação, Cultura e Territórios Semiáridos- PPGESA. Uma série de motivos levou a escolha: a primeira delas, e principal, partiu da inquietação em ver as produções científicas do mestrado “paradas” em estantes, sem serem lidas ou conhecidas pelos próprios estudantes e pela comunidade externa. Um outro motivo foi a grande necessidade, dita por gestores do PPGESA em algumas conversas durante as visitas a campo, de pessoas interessadas em divulgar o mestrado, construindo redes de diálogo com os cursos que fazem parte do Departamento, como Jornalismo e Pedagogia, por exemplo. A possibilidade de contribuir para mudanças naquele espaço e momento, foram cruciais para a decisão do local.

A segunda etapa do chamado aqui *percurso acadêmico*, o Estágio Curricular Supervisionado II (2018.1), foi realizado através da execução do Plano de Estágio no

local escolhido pela estudante. Ao todo, foram cumpridas 75 horas, por meio da produção prática no local de estágio e a teórica, com leituras em sala de aula e em casa, sobre a área do jornalismo e a temática trabalhada escolhida, rompendo assim com a dicotomia que se tem na academia entre a teoria e prática.

[...] é necessário explicitar os conceitos de prática e de teoria e como compreendemos a superação da fragmentação entre elas a partir do conceito de práxis, o que aponta para o desenvolvimento do estágio como uma atitude investigativa, que envolve a reflexão e a intervenção na vida da escola, dos professores, dos alunos e da sociedade. (VALVERDE, 2006 *apud* PIMENTA, 2004 p.34).

Criado em 2013, o PPGESA é um mestrado acadêmico da UNEB que discute os processos educativos e culturais, formais e não formais, que se estabelecem em contextos de regiões semiáridas de diversas partes do mundo, principalmente no Brasil, onde o Programa de localiza. O PPGESA tem o objetivo de qualificar os profissionais da área de educação e afins, com formação aprofundada em conhecimentos relacionados aos fundamentos da Educação Contextualizada nas suas interfaces com os aspectos da cultura e da convivência em territórios semiáridos. Assim, busca-se aprofundar a discussão e compreensão sobre múltiplas questões, como sociais, políticas, econômicas, culturais e ambientais nos diversos territórios semiáridos, de forma a estimular às práticas educativas e pedagógicas contextualizadas.

O Mestrado em Educação, Cultura e Territórios Semiáridos- PPGESA apresenta duas linhas de pesquisa, que foram decisivas para a escolha das dissertações utilizadas para o produto final. A primeira, Educação para Convivência com o Semiárido desenvolve investigações e estudos sobre a Educação Contextualizada, pautada na perspectiva da Convivência com o Semiárido Brasileiro. Sua ideia fundante é partir do conhecimento local dos diversos tipos de populações que habitam essa região, sejam elas agrárias e/ou urbanas, para aprender práticas pedagógico-educativas e organizacionais desenvolvidas por diversos agentes sociais, como os educadores, ONG's e os movimentos sociais. É importante destacar que a Educação para a Convivência com o Semiárido está alicerçada na construção de múltiplas relações homem-natureza.

Já a segunda linha de pesquisa, Letramento e Comunicação Intercultural, volta-se para os estudos da cultura oral e escrita do contexto do Semiárido, a partir da investigação de alternativas de escolarização da leitura, tanto na educação no contexto rural, quanto urbano. Por fim, aliou-se os conteúdos apreendidos dentro do curso de Comunicação Social- Jornalismo em Multimeios até o momento da realização do estágio e a importância

da divulgação científica dentro das universidades públicas, fazendo valer a reflexão sobre a democratização do conhecimento, o PPGESA se configurou como o local ideal da *práxis* a ser desenvolvida, com o objetivo de garantir o aprendizado e amadurecimento profissional da estudante, além da divulgação científica das dissertações, promovendo diversas reflexões ao longo do caminho.

### **3. O Programa DissertAÇÕES**

O estágio supervisionado desenvolvido no PPGESA teve início a partir da análise e estudo sistematizado das 37 dissertações defendidas até aquele momento, com levantamento de dados sobre cada produção e autoria. Cumprindo o estabelecido no Plano de Estágio e respeitando as limitações de tempo e de equipamentos/suporte técnicos da Universidade, foram selecionadas seis dissertações, sendo três de cada linha de pesquisa. Cada programa tratou de uma temática específica, mas que eram interconectados por um ponto em comum: contextualizavam com o Semiárido e as diversas formas de viver e ser nesse território. Foram eles:

1) A situação das mulheres na Viticultura na região do Vale do São Francisco, com a dissertação “Cotidiano das Trabalhadoras da Viticultura do Vale do São Francisco: um estudo fotoetnográfico”, de Ianne Lima. A autora falou sobre as singularidades do cotidiano das atividades laborais das mulheres na colheita da uva, as condições de vida dessas mulheres, suas rotinas de dupla jornada de trabalho, a força e empoderamento feminino;

2) A importância da Educação Contextualizada para convivência com o Semiárido dentro das escolas da região, da educação como mecanismo de construção da cidadania, com a dissertação “Uso-teste dos livros didáticos “conhecendo o semiárido 1 e 2” no município de Juazeiro/BA: implicações na prática pedagógica”, de Rosiane Rocha; Neste programa foi debatido sobre a importância dos livros didáticos contextualizados com o território ao qual ele está inserido e como eles podem ser uma possibilidade de desconstrução dos estigmas e estereótipos historicamente disseminados sobre as realidades brasileiras e, mais especificamente o Semiárido Brasileiro;

3) O debate foi com o jornalista e mestre Cecílio Barros. Ele falou sobre a Teoria Ator-Rede, a arte urbana, tecnologia e educação na região do Sertão do São Francisco, com a dissertação “Cartografia Urbanográfica no Sertão do São Francisco: uma proposta

---

infocomunicacional a favor da articulação de novos espaços de arte e educação”. O autor propôs um novo olhar para o uso das tecnologias;

4) As questões de gênero também foram uma das temáticas debatidas em um dos programas. Esther Borges falou sobre a sua dissertação “Ser-tão mulher: encontros, narrativas e convivência com o Semiárido”, sobre os saberes e vivências das mulheres deste território e, principalmente, sobre as várias formas de ser e se construir como mulher;

5) Uma outra entrevista abordou sobre a importância da oralidade no processo de letramento, com a dissertação “Contação de histórias: uma abordagem da tradição oral e do letramento escolar no Semiárido baiano”, de autoria de Sayonara Cordeiro. Com sensibilidade, a autora contou sobre a vivência de produzir uma dissertação a partir de uma vivência em uma comunidade do interior baiano e reforçou a intrínseca relação entre a educação formal e não formal;

6) Por fim, o programa trouxe um debate político sobre as mulheres na Educação de Jovens e Adultos, com a dissertação “A presença de crianças em salas de EJA noturna no Semiárido Nordeste: táticas/astúcias de mulheres educandas para permanência e conclusão dos estudos”, de autoria de Willany Reis. Aqui, falou-se sobre violência de gênero no ambiente escolar e os preconceitos com a educação de jovens e adultos no país.

Para a divulgação científica, foi utilizada o gênero jornalístico da entrevista, tendo em vista a possibilidade de transformação das informações técnicas de uma pesquisa de mestrado em uma linguagem acessível, didática e, principalmente, dinâmica. Esses seis programas audiovisuais, no formato de entrevista, tiveram duração média de 20 minutos e recebeu o nome de *dissertAÇÕES*, um jogo de associação entre as palavras dissertação e ação. Eles foram produzidos pela estudante em parceria com a Webtv UNEB, TV universitária da Universidade do Estado da Bahia.

A entrevista é um gênero jornalístico destinado a conhecer e divulgar a opinião de alguém devidamente qualificado sobre um determinado assunto. Um jornalista – entrevistador – conversa com um convidado – entrevistado – de modo a obter todas as informações jornalisticamente relevantes e que só o entrevistado, pelo seu cargo, qualificações ou representatividade, pode fornecer com autoridade e conhecimento de causa (OLIVEIRA, 2007, p. 49)

Os tipos de entrevista que foram utilizados no Programa *dissertAÇÕES* foram a temática e, principalmente a testemunhal (LAGE, 2001). Com um tema central que era falar sobre a dissertação em questão e a problemática que a envolvia, os entrevistados,



autores das próprias pesquisas, relataram sobre o estudo, a produção e a contribuição para a sociedade. Ainda segundo Lage (2001), em relação à circunstância que a entrevista procedeu, ela foi dialogal, ou seja, marcada com antecedência pela estudante, em um ambiente controlado, sem que houvesse uma hierarquia entre o entrevistado e o repórter. A entrevista foi concedida de maneira informal, mesmo partindo de elementos técnicos jornalísticos e sendo abordados conceitos acadêmicos. A elitização dos discursos de pesquisadores, com o uso de uma linguagem técnica não foi algo observado nos entrevistados, que tiveram o cuidado de compreender a importância desse tipo de divulgação para a comunidade externa.



Figura 1 Cenário produzido dentro da biblioteca da universidade

A locação das gravações foi dentro da própria biblioteca da Universidade. Este ambiente foi escolhido justamente para trazer à tona a reflexão sobre a ideia que comumente se tem sobre produções acadêmicas: que elas ficarão “esquecidas” nas estantes das bibliotecas. Por isso, a discussão sobre as dissertações dentro do espaço acadêmico e a importância da divulgação científica deste conteúdo se deu neste ambiente.





Figura 2 Identidade Visual do Programa

Apesar de não ser uma realidade para todos os brasileiros, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, o Brasil já tem 116 milhões de usuários de Internet no país<sup>4</sup>. Por isso, quando se pensa em mecanismos de promoção da divulgação científica, esse é um dos espaços que, talvez, se apresente como uma possibilidade viável e de grande potencial divulgador de conhecimento. Nela, o YouTube consolida-se como uma plataforma de acesso rápido de informações. De acordo com as estatísticas do próprio site<sup>5</sup>, mais de um bilhão de pessoas no mundo são usuárias.

Pensando na possibilidade de uma maior democratização de acesso do programa *dissertAÇÕES*, tanto de maneira contextualizada, pela população do Semiárido brasileiro, como por qualquer pessoa do mundo que se interesse pelas temáticas, o YouTube foi o suporte escolhido para realizar essa mediação entre a produção científica do PPGESA e a comunidade externa. Após a produção, os programas foram disponibilizados dentro do canal da própria WEBTV UNEB<sup>6</sup>.

---

<sup>4</sup> Disponível em <[ftp://ftp.ibge.gov.br/Trabalho\\_e\\_Rendimento/Pesquisa\\_Nacional\\_por\\_Amostra\\_de\\_Domicilios\\_continua/Anual/Acesso\\_Internet\\_Televisao\\_e\\_Posse\\_Telefone\\_Movel\\_2016/Analise\\_dos\\_Resultados.pdf](ftp://ftp.ibge.gov.br/Trabalho_e_Rendimento/Pesquisa_Nacional_por_Amostra_de_Domicilios_continua/Anual/Acesso_Internet_Televisao_e_Posse_Telefone_Movel_2016/Analise_dos_Resultados.pdf)>. Acesso em 31 de maio de 2018.

<sup>5</sup> Disponível em <<https://www.youtube.com/intl/pt-BR/yt/about/press/>> . Acesso em 31 de maio de 2018

<sup>6</sup> Pode ser acessado em: [https://www.youtube.com/channel/UC\\_2GwQQZtaA0KVAAn-8oedfHA](https://www.youtube.com/channel/UC_2GwQQZtaA0KVAAn-8oedfHA)

---

#### 4. Divulgação Científica, Jornalismo e Universidade Pública

A divulgação científica no Brasil tem, pelo menos, dois séculos de história. Segundo Moreira e Massarani (2002), as primeiras iniciativas de difusão do que chamamos de ciência moderna foram ainda durante o início do século XIX, com a vinda da Corte Portuguesa para o Brasil, a abertura dos portos e a proibição da impressão. Assim, começaram a surgir as primeiras instituições de ensino superior e locais ligados à ciência, como a Academia Real Militar em 1810 e o Museu Nacional, em 1818; textos voltados à educação científica começaram a serem escritos e divulgados no país, principalmente nas áreas da medicina e da engenharia. No jornalismo, os impressos *Gazeta do Rio de Janeiro*, *O Patriota* e o *Correio Braziliense* passaram a publicar artigos, notícias e até poemas com esse propósito.

No entanto, o que se destaca é que, desde o início e até hoje, com algumas exceções, a produção e divulgação científica no país sempre esteve na mão de uma pequena elite privilegiada. É o que se observa, por exemplo, a partir da metade do século XIX, quando a Segunda Revolução Industrial na Europa provocou uma efervescência na produção científica em todo o mundo. No Brasil, um país em que mais de 80% da população era analfabeta e um dos poucos países em que a escravidão ainda existia, as atividades de cunho científico eram realizadas por um grupo minoritário; feitos por poucos e para poucos.

Ainda segundo Moreira e Massarani (2002), foi somente a partir do início do século XX, com a criação da Sociedade Brasileira de Ciências, o fortalecimento do rádio e publicação de várias obras, que a divulgação científica começou a tornar-se mais evidente no país. Com a popularização dos meios de comunicação, como as revistas, o rádio e, só depois, a televisão, uma cultura do consumo de material científico começou a ganhar força.

[...] surgiram expectativas elevadas sobre a capacidade dos novos meios de comunicação alterarem a situação educacional e contribuírem para a democratização social. Havia, entre alguns, um alto grau de otimismo sobre os possíveis resultados para a difusão da ciência e da cultura por meio do rádio, mesmo que para pessoas analfabetas. Acreditava-se que ele permitiria uma transmissão de conhecimentos barata, fácil, rápida e que atingiria os locais mais distantes do país. (MOREIRA E MASSARANI, 2002, p. 54)

---

A partir da década de 1920, a divulgação científica começou a se organizar e ter um papel fundamental na tentativa de sensibilizar o poder público para a valorização social dos produtores de ciência, na manutenção e criação de instituições científicas, o que evoluiu de forma lenta até 1970, principalmente no período do golpe militar, a partir de 1964, quando toda a conjuntura social, política, econômica, educacional e científica sofreram graves consequências. Nesse intervalo, foram criados importantes órgãos, como o Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas, o CBPF, em 1949, o Instituto de Matemática Pura e Aplicada, o IMPA, e o Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia, INPA, ambos em 1952, além da primeira agência pública de fomento à pesquisa, em 1951, o Conselho Nacional de Pesquisas, CNPq.

O que se observa, de uma maneira geral, é que a ciência sempre esteve associada a um misticismo, como se ela pertencesse a um campo ao qual a maioria da população não pudesse ter acesso, algo exclusivo de pesquisadores, cientistas e acadêmicos. Mesmo que a produção de livros e artigos sobre ciência tenha crescido no país nas últimas décadas, ainda há um profundo descaso sobre a inserção desse material para a sociedade de forma ampla e acessível.

[...] embora tenha havido um interesse crescente no meio acadêmico relativo às atividades de extensão ligadas à divulgação científica, o quadro geral ainda é frágil. Tais atividades ainda são consideradas marginais e, na maioria das instituições, não influenciam na avaliação de professores e pesquisadores. As iniciativas dos organismos nacionais de fomento à pesquisa, que poderiam colaborar com esse processo, têm sido tímidas, quando não inexistentes, e ainda privilegiam uma visão da divulgação científica escorada numa perspectiva que favorece o *marketing* científico. Certamente existe um grande potencial de ação nas universidades públicas e nos institutos de pesquisas, acumulado em seus pesquisadores, professores e estudantes, mas pouco se faz de forma organizada para uma difusão científica mais ampla. Parece clara a necessidade de se criar, como tem acontecido em outros países, um programa nacional de divulgação científica (MOREIRA E MASSARANI, 2002, p. 64)

A partir dessa análise, observa-se uma emergente necessidade das universidades públicas evidenciarem o caráter de prestadoras de serviço à sociedade, contribuindo para o desenvolvimento nacional e da região ao qual elas estão inseridas. Ao realizar o levantamento das problemáticas que envolvem a comunidade e buscar soluções contextualizadas para isso a universidade cumpre a sua função social de não apenas reproduzir o conhecimento da literatura acadêmica, mas promover um conhecimento que seja, de fato, útil àqueles que estão fora dos muros da universidade.

No mundo em que vivemos hoje, a universidade tem não só o dever, mas também a responsabilidade social de reproduzir sua pesquisa, de forma aberta, a toda a sociedade. Não se justifica mais uma produção científica enclausurada em arquivos e prateleiras, com restrito acesso de uma minoria privilegiada. É preciso democratizar a universidade. Um serviço de comunicação é o melhor caminho para a abertura de novos canais de diálogos e democracia, dentro e fora da universidade. (KUNSCH, 1992, p.27)

É importante a compreensão de que a universidade pública não é baseada apenas no ensino, mas na pesquisa e extensão, e que essa tríade relação deve ser alicerçada em valores democráticos para a construção efetiva do conhecimento a toda a sociedade. Por isso, a divulgação científica deve ser uma política dentro deste espaço. Através da disciplina Estágio Supervisionado II, percebeu-se uma oportunidade de promover a divulgação das pesquisas realizadas dentro do Programa de Pós-graduação Mestrado em Educação, Cultura e Territórios Semiáridos- PPGESA e assim garantir a possibilidade de um aprendizado contextualizado com a realidade do Semiárido, no campo e na cidade e na articulação dos sujeitos para a melhoria das ações públicas.

O estágio supervisionado em jornalismo permitiu realizar a divulgação destas dissertações, aproximando a universidade da comunidade, através de temáticas que estão diretamente ligadas às realidades das populações que vivem no Semiárido brasileiro, entendendo assim, enquanto jornalista em formação, o papel fundamental que o jornalismo tem de produzir e tornar público os conhecimentos produzidos pelos indivíduos, neste caso dentro do meio acadêmico e por uma universidade pública.

### **Considerações finais: Relatos e Reflexões**

Numa perspectiva geral, a experiência de realizar o estágio supervisionado no Programa de Pós-graduação Mestrado em Educação, Cultura e Territórios Semiáridos-PPGESA se configurou não apenas como um momento de vivência e aprendizado dentro da produção jornalística, mas foi também a confirmação, enquanto estudante, do verdadeiro papel do jornalismo para a sociedade, do direito público a informação e a atuação do profissional nesta garantia.

Entende-se, com isso, que o estágio permitiu o *fazer*, mas, mais ainda, a *reflexão deste fazer*, através do pensamento crítico sobre a prática jornalística na construção da

cidadania. À medida que esse reconhecimento surgiu, a reflexão sobre o verdadeiro papel da universidade pública veio à tona, ao passo das certezas do longo caminho que ainda precisa ser percorrido para que as universidades públicas no Brasil promovam, de fato, o verdadeiro papel de divulgação do conhecimento produzido entre seus muros.

Diante dos objetivos de um estágio supervisionado, como “[...] a possibilidade de complementar a sua formação profissional, preparando-o para atuar de uma maneira mais segura, tendo plena consciência do seu papel social no desempenho da profissão que escolheu” (VALVERDE, 2006, p. 91), é certo afirmar que o estágio realizado no Programa de Pós-graduação Mestrado em Educação, Cultura e Territórios Semiáridos-PPGESA da Universidade do Estado da Bahia permitiu isso à estudante de jornalismo.

O estágio supervisionado não se encerrou com a finalização da carga horária, entrega do produto final, muito menos com este artigo. Os relatos e as reflexões não devem ser finalizados aqui; que esta seja apenas uma forma da Universidade do Estado da Bahia, campus Juazeiro-BA e qualquer outra universidade pública do país ser provocada, no intuito de promover cada vez mais divulgação científica neste espaço. Muitas pessoas acreditam que o Brasil ainda é um país de elevado índice de analfabetismo científico; no entanto, poucas ações são realizadas para tentar mudar esta realidade. Muitos pesquisadores, cientistas e acadêmicos dizem divulgar o conhecimento, mas atuam de forma cada vez mais isolada e individual, através de pesquisas e estudos com verbas públicas, mas que são incomunicáveis com o público, através de linguagem elitista, que segrega e torna a ciência ainda mais mistificada e para poucos, assim como era no início do século XIX.

Ao mesmo passo, os jornalistas precisam estar atentos ao importante papel que possuem na sociedade: levar a informação, divulgando o papel da ciência, pois só assim conquistaremos a democratização da informação em nossa sociedade. E que a universidade, o estágio supervisionado e os estudantes de jornalismo em formação possam ser a ponte para que a ciência exerça a sua função social.

## Referências

BARBOZA, Marli., Sardinha, Antonio., **O estágio em jornalismo sob uma perspectiva pedagógica – a experiência na Universidade Estadual de Mato Grosso.** REBEJ – Revista Brasileira de Ensino de Jornalismo 81 - Ponta Grossa, v.1, n.10, 81-109, jun a dez. 2012.

---

BRASIL. **Lei nº 11.788, de setembro de 2008.** Dispõe sobre o estágio de estudantes; altera a redação do art. 428 da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996; revoga as Leis nos 6.494, de 7 de dezembro de 1977, e 8.859, de 23 de março de 1994, o parágrafo único do art. 82 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e o art. 6º da Medida Provisória nº 2.164-41, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, n 187, p.3, 26 de setembro de 2008. Seção 1.

BRASIL. **Resolução nº 1, de 27 de setembro de 2013.** Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de graduação em Jornalismo, bacharelado, e dá outras providências.

KUNSCH, M. M. K. **Universidade e comunicação na edificação da sociedade.** São Paulo: Loyola, 1992.

LAGE, Nilson. **A reportagem: teoria e técnica de entrevista e pesquisa jornalística.** Rio de Janeiro, Record, 2001.

MOREIRA, Ildeu de Castro e MASSARANI, L. Aspectos Históricos da Divulgação Científica no Brasil. In: MASSARANI, L.; MOREIRA, I. de C.; BRITO, F. (Orgs.). **Ciência e público: caminhos da divulgação científica no Brasil.** Rio de Janeiro: Casa da Ciência – Centro Cultural de Ciência e Tecnologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2002.

OLIVEIRA, J. N., **Manual de Jornalismo de Televisão.** 1 ed. Lisboa, Centro Protocolar de Formação Profissional para Jornalistas (Cenjor), 2007.

SARDINHA, Antonio Carlos., MORALIS, Edileusa Gimenes., SILVA, Marli Barboza da., **Apontamentos teóricos e metodológicos sobre o estágio supervisionado em jornalismo: a experiência de implementação da política de estágio do curso de Comunicação Social/Jornalismo da Unemat.** Rev. Fac. Educ. (Univ. do Estado de Mato Grosso), vol. 19, ano 11, n.1, p. 147-171, jan./jun. 2013. Disponível:<  
[http://www2.unemat.br/revistafaed/content/vol/vol\\_19/artigo\\_19/147\\_171.pdf](http://www2.unemat.br/revistafaed/content/vol/vol_19/artigo_19/147_171.pdf)> Acesso em: 28 de maio de 2018.

UNEB. **Regulamento do Estágio Curricular Supervisionado para o Curso de Bacharelado em Comunicação Social - Jornalismo em Mídias da Universidade do Estado da Bahia.** Resolução CNE/CES Nº 01/2013 (DOU de 12/9/2013), Parecer CNE N. 67, de 11/03/2003 e RESOLUÇÃO Nº 795/2007, Salvador, 2012.

VALVERDE, Franklin Larrubia. **O papel pedagógico do estágio na formação do jornalista.** 2006. 227 f. Tese (Doutorado) – Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006. Disponível em:  
<<http://livros01.livrosgratis.com.br/cp025634.pdf>> Acesso em: 28 de maio de 2018



